



LINHAS DE FUGA, AGENCIAMENTOS E CORPOREIDADES: REFLEXÕES SOBRE DIMENSÕES INFINITESIMAIS DA LUTA ANTIMANICOMIAL DE BELO HORIZONTE

LUCAS HENRIQUE NIGRI VELOSO¹
ÂNGELA CRISTINA SALGUEIRO MARQUES²

RESUMO: O presente trabalho pretende apresentar uma etnografia (da) política produzida pela Associação dos Usuários de Saúde Mental de Minas Gerais (ASSUSAM-MG), instituição que faz parte da rede de luta antimanicomial de Belo Horizonte. A partir de um trabalho de campo realizado junto a este grupo desde o ano de 2015, verificou-se que a ausência de reconhecimento material, simbólico e afetivo é uma experiência recorrente na vida destes sujeitos, justificando e catalisando sua ação coletiva. Esta situação se perpetua, muitas das vezes, como consequência de um estigma da loucura que estrutura pré-conceitos, assimetrias e opressões sociais experienciadas por sujeitos em situação de sofrimento mental em suas interações cotidianas. Não obstante, o trabalho empírico demonstrou que este reconhecimento negado, identificado tanto no plano discursivo como performativo dos corpos da ASSUSAM-MG, é também princípio produtivo de linhas de fuga e estratégias de resistência frente às impossibilidades e obstruções sociais. Tais acontecimentos e potencialidades são também acionados, intelectivamente, como forma de deslocamento, produção de tensão e descolonização do pensamento acadêmico por questionar modelos e categorias das ciências políticas que desconsideram a importância das agências afetivas e corporais em processos políticos de resistência às margens do Estado. Desse modo, sugerimos que um movimento social é um processo que produz e é produzido por um agenciamento coletivo multidimensional, que articula corpos, afetos, ética, comunicação e estética, inerentes ao processo de resistir e existir.

PALAVRAS-CHAVE: Micropolítica. Resistência Política. Corporeidade. Luta antimanicomial.

INTRODUÇÃO

O presente artigo procura apresentar uma reflexão sobre a composição de agenciamentos coletivos de resistência e luta por reconhecimento promovidos por diversos atores da luta antimanicomial mineira. Por um lado, interessa-nos investigar as condições de

¹ Bolsista de Iniciação Científica do PET Ciências Sociais - UFMG. Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Email: lucasnveloso@gmail.com.

² Adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Comunicação Social pela UFMG (2007) e pós-doutorada em Comunicação e em Ciências Sociais na cidade de Grenoble (França).

possibilidade da formação de territórios deliberativos e de articulação política produzidos por corpos e racionalidades estigmatizados como loucos e/ou irracionais enquanto insistem por preservar e potencializar sua existência. Por outro, a partir de suas práticas de autodeterminação política, tensionar e deslocar definições estabelecidas de racionalidade, corporeidade, movimento social, deliberação e participação democrática tal como vigentes no arcabouço das ciências políticas.

O trabalho se justifica, pois, mesmo com grande qualidade de reflexão e pesquisa, verifica-se que uma grande parte de estudos sobre a luta política antimanicomial possuem uma tendência a realizar análises históricas, pouco abordando sobre as práticas e enfrentamentos que seus protagonistas vivenciam em seu cotidiano (AMARANTE, 1995, 1996; AROUCA, 1988; BARBOSA et al., 2012; DE MESQUITA et al., 2012; GOULART & DURÃES, 2010; STUART, 2005, VENANCIO, 2012). Neste sentido, o presente artigo, para além de apresentar um breve panorama dos trabalhos supracitados, advoga pela importância de estudos etnográficos para melhor mapeamento desta questão. Afinal, o que a política faz com a vida e com as vidas não é só uma questão de discursos e tecnologias, estratégias e práticas; mas também uma questão do modo concreto como indivíduos e grupos que, enquanto coletivos políticos, interagem em seu cotidiano e sob quais princípios e em nome de que moral uma série de desigualdades, assimetrias e negação de reconhecimento se estabelecem.

Para alcançar tais objetivos, o artigo apresenta, num primeiro momento, uma breve contextualização dos movimentos de luta antimanicomial no Brasil, identificando suas origens, conquistas e obstáculos. Num segundo momento, reflete-se sobre as potencialidades e objetivos de uma “antropologia (da) política”. Por fim, é apresentado relato etnográfico, produto de um trabalho qualitativo realizado junto aos membros da Associação dos Usuários do Sistema de Saúde Mental de Minas Gerais (ASSUSAM-MG), entre os anos de 2015 e 2016. A partir de episódios e depoimentos selecionados, verifica-se como modalidades e modulações afetivas e corporais, muitas vezes opostas ou indesejadas em outros contextos políticos, são processadas e incorporadas nos processos de deliberação e luta social da ASSUSAM-MG. Por um lado, tais questões são inspiração para problematização de modelos normativos que legitimam exclusão e subalternidade em instâncias hegemônicas institucionais entendidas como democráticas. Por outro, apresentam oportunidades de aplicação de diversas ferramentas conceituais para se mapear à zona de intersecção teórica entre saúde, corporeidade, racionalidade e política. Ainda, para deslocamento, tensão e atualização de conceitos como esfera pública, processos deliberativos e movimentos sociais (HABERMAS, 1990, 1997; TARROW, 2009), estes que

tendem a tratar como secundárias as singularidades afetivas e corporais intrínsecas a vida cotidiana de coletivos políticos.

LUTA ANTIMANICOMIAL COMO MOVIMENTO SOCIAL: UMA GENEALOGIA

Quando refletimos acerca da experiência da loucura e suas mazelas sócio-políticas, frequentemente são problematizados e evidenciados verdadeiros “holocaustos” ocorridos em instituições hospitalares asilares e manicomiais, inclusive no contexto brasileiro (ARBEX, 2013). Não obstante, mesmo nas interações cotidianas estabelecidas para além das muralhas manicomiais, frequentemente são identificadas rotulações, enquadramentos e estigmas discriminatórios que produzem marginalidade, subalternidade e controle em corpos e racionalidades que contrastam para com modelos e padrões historicamente constituídos de “normalidade” (STUART, 2005). Tal situação implica, no mínimo, ausência de reconhecimento material, afetivo e simbólico à sujeitos e corpos em situação de sofrimento mental, por consequência limitando suas possibilidades de se “autoafirmar” e “autorealizar” enquanto coletivos, indivíduos e cidadãos (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2001). Ocultados e indesejados em diversos contextos de sociabilidade e tomada de decisão política, tem comumente sua fonte primordial de autonomia e cidadania contestada: a “possibilidade de interação intersubjetiva paritária” (HONNETH, 2013).

Exposta tal situação problemática, proponho como ponto de partida uma breve exposição sobre as condições históricas de estabelecimento de um regime político de alienação e estigma da loucura, tal como construída por Michel Foucault para, posteriormente, verificar como movimentos sociais tanto na Europa quanto no Brasil iniciaram um importante movimento de combate a tais mazelas.

Sabemos que a organização do poder sobre a vida, para Foucault (1985, 1995, 2001), se divide em dois polos historicamente marcados: disciplinamento do corpo (adestramento, ampliação de aptidões e docilização) e regulações da população. Tal situação poderia ser evidenciada principalmente nas práticas e políticas de controle sobre a proliferação, os nascimentos, a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida e a longevidade que se manifestam a partir de diversos dispositivos que compõem a figura dos Estados modernos. Este conjunto de saberes e práticas constituiriam aquilo que Foucault classifica como “biopolítica”: dispositivo de poder, formado em meados do século XVIII, que almeja o a inserção controlada ou “sequestro” de corpos e mentes nas máquinas capitalistas de produção e mercado. Assim

sendo, verifica-se que Foucault trata a “biopolítica” em termos de tecnologias que normalizam as populações e o “biopoder” em termos das disciplinas exercidas sobre seus corpos e mentes.

Referindo-se ao processo de surgimento dos hospitais e hospícios na modernidade, Foucault (1985, 2005) afirma que, para além de sua aparente função de curar, estes também cumpriram com uma finalidade de preservação da ordem urbana ao separar do convívio social aqueles corpos e mentes que pudessem ameaçar os modelos de sujeito e cidadão emergentes assim como a moral e a ordem vigentes (FOUCAULT, 1985 p. 99-111). Paralelamente, o estatuto de cientificidade e as pesquisas produzidas pela psiquiatria nestas novas instituições hospitalares³ permitiriam que o rótulo de patologia fosse atribuído a loucura, o que produziu consequências explícitas na vida daqueles enquadrados como “doentes mentais”.

A partir de uma série de dispositivos e saberes historicamente formados, corpos e mentes classificados como loucos deveriam ser disciplinados/curados para exercer funções sociais adequadas aos novos ditames do Estado moderno ou deveriam ser fisicamente ocultados e marginalizados do convívio social. Desse modo, a articulação entre psiquiatria e Estado Moderno produziu três dimensões de exclusão da loucura, as quais se perpetuariam no contexto social contemporâneo: a) Topográfica, pois os loucos devem ser isolados ou encarcerados em hospitais e manicômios a fim de ser “tratados”; b) Lógica, pois os loucos são “incapazes de agir racionalmente”, portanto não possuem autonomia; c) Política, pois o Estado e/ou profissionais médicos e psiquiatras devem ser representantes dos loucos nas esferas públicas e políticas. (FOUCAULT, 2005, p.39-42, HADDOCK-LOBO, 2008, p.65). Tal situação se perpetuaria, com menor resistência ou contestação coletiva, até que movimentos coletivos políticos viessem a contestar estes dispositivos de poder e alienação que operavam sobre os loucos; história esta de muitas conquistas e retrocessos que cabe ser evidenciada.

De acordo com Goulart e Durães (2010), a situação de exclusão e aprisionamento da loucura se estenderia, com menor questionamento ou enfrentamento público, até os anos 1960 na Europa. Neste período, movimentos sociais antimanicomiais e de reforma psiquiátrica surgiram de forma a contestar a existência de manicômios, instituições asilares e o próprio estigma da loucura. Destaca-se a liderança e trabalho de Franco Basaglia, psiquiatra italiano que durante sua caminhada profissional foi combativo e inovador na proposição de novas

³ “Uma das condições essenciais para a liberação epistemológica da medicina no fim do século XVIII foi a organização do hospital como aparelho de ‘examinar’. [...] A inspeção de antigamente, descontínua e rápida, se transforma em uma observação regular que coloca o doente em situação de exame quase perpétuo [...] quanto ao próprio hospital, que era antes de tudo um local de assistência, vai tornar-se local de formação e aperfeiçoamento científico [...] local adequado da ‘disciplina’ médica.” (FOUCAULT, 2005 p. 165-166)

alternativas à saberes e práticas em saúde mental “alienantes”. O epicentro dessa luta se deu em Trieste, Itália, onde um projeto de desinstitucionalização de manicômios e hospitais psiquiátricos cedeu espaço a novas estruturas assistenciais e terapêuticas em saúde mental. Tal situação seria inspiração para diversas outras localidades e contextos para contestar as condições vigentes de cuidado ao sofrimento mental:

“Assim, é lançada uma nova maneira de ver a loucura. Se faz uma inversão ao que era proposto pelo saber psiquiátrico da época. Ao invés de colocar parênteses no doente como o saber da psiquiatria realizava, a proposta é colocar a doença entre parênteses. Isso, não significa a negação da doença mental, e sim, uma recusa à aceitação da positividade do saber psiquiátrico em explicar e compreender a loucura/sofrimento psíquico”. (AMARANTE, 1996, p. 80)

Os desdobramentos do movimento antimanicomial europeu viriam a reverberar no Brasil principalmente na década de 1970. Dentre as reivindicações políticas que caracterizaram o movimento antimanicomial brasileiro, destacam-se denúncias à política de saúde mental do Estado, ao processo de privatização da assistência psiquiátrica por parte da previdência social e as condições (públicas e privadas) de atendimento psiquiátrico à população (MESQUITA et al., 2010). Já no fim da década supracitada, novos coletivos e dispositivos de resistência, como o Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) potencializariam tal luta que viria a se expandir pelo território nacional.

De acordo com Venâncio e Teresa (2012), o Encontro Nacional de Trabalhadores da Saúde Mental, realizado em 18 de maio de 1987 na cidade de Bauru, em São Paulo, seria o marco de consolidação do movimento de luta antimanicomial brasileiro a nível nacional. Tendo como lema “uma sociedade sem manicômios”, seus protagonistas tinham como objetivo a transformação dos serviços psiquiátricos oferecidos no país, posicionando-se tanto contra a exclusão e a discriminação social do “louco” quanto a própria existência de manicômios. É importante ressaltar que este empreendimento contribuiu tanto para a origem da Reforma Sanitária Brasileira quanto para a emergência do próprio Sistema Único de Saúde, o SUS (AROUCA, 1988; AMARANTE, 1995).

Muitas foram as conquistas do movimento de luta antimanicomial no Brasil, além de uma proliferação de novos agentes e coletivos que se agregariam nesta luta política como o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA), Fóruns Estaduais de Saúde Mental e Associações dos Usuários do Sistema de Saúde Mental, entre outros. Não obstante, tanto vetores de ameaça como retrocesso nas políticas públicas do Estado quanto a perpetuação do estigma da “loucura” pela sociedade civil são desafios que ainda exigem resistência e luta política. Tal situação se evidencia desde as primeiras tentativas de reforma dos dispositivos

legais que abordam a temática da saúde mental no país. Por exemplo, a Lei Federal 10.216 que viria garantir a regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e a extinção progressiva dos hospícios no país, elaborada no supracitado congresso de Bauru nos anos 1980, somente seria instaurada juridicamente no ano de 2001 (MESQUITA et al., 2010). Ainda, mesmo com a aprovação de tal legislação, o próprio Estado vem incentivando a instalação de diversas comunidades terapêuticas de isolamento e internação compulsória dos portadores de sofrimento mental, reproduzindo a lógica alienante de “tratamento da loucura”, situação que aparenta um grave retrocesso (BARBOSA et al., 2012).

Por fim, para além das tensões para com o próprio Estado, o estigma discriminatório atrelado a pessoas que experienciam algum tipo de sofrimento mental é ainda um dos maiores obstáculos sociais a promoção de igualdade a sujeitos em situação de sofrimento mental (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2001). Como diversos estudos apontam, esta última situação discriminatória para com o sofrimento mental, para além das consequências de ordem pessoal, emotiva e psicológica, produzem uma intensa desigualdade funcional, material e jurídica mentes e corpos estigmatizados como “loucos”, consequentemente os impossibilitando de exercer uma verdadeiramente sua condição cidadã e paritária em instâncias coletivas. Tais efeitos poderiam ser verificados em diversas dimensões da vida cotidiana, como a exclusão da vida pública, política, espaços acadêmicos e de trabalho (STUART, 2005).

Tendo em vista a exposição realizada, o interesse do artigo não poderia ser outro senão verificar de que forma os movimentos de luta antimanicomial, no contexto brasileiro contemporâneo, se organizam enquanto agregados de resistência e luta política contra os dispositivos de poder e o estigma da loucura que ainda insistem em negar e marginalizar aqueles corpos e mentes em situação de sofrimento mental.

DAS POTENCIALIDADES DE UMA ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA: QUESTÕES METODOLÓGICAS

Conforme exposto, apesar dos avanços nas políticas públicas de combate às lógicas manicomiais de cuidado ao sofrimento mental, dispositivos do Estado e sociedade civil, que operam sob mentes e corpos estigmatizados como “loucos”, ainda legitimam sofrimentos e violências no contexto brasileiro. Entretanto, onde relações de poder e dominação expressam-se com maior potência, como um duplo movimento, revelam-se possibilidade para composição de estratégias de resistência criativa. Em outras palavras, é nas “margens”⁴ do corpo societário

⁴ Para Das Veena, as margens são ao mesmo tempo lugares onde a natureza pode ser imaginada como selvagem e incontrolada, e onde o Estado é constantemente refundado em suas formas de ordenar e fazer leis, sugerindo que

que acreditamos que os territórios propícios de enfrentamento e inovação política podem se estabelecer (DAS, 2007). Partindo destas premissas, o presente artigo apresenta um primeiro resultado de uma etnografia da política produzida nas “margens da normalidade”. Sua potência não se encontraria apenas na possibilidade de divulgação e denúncia dos obstáculos enfrentados pela luta antimanicomial, mas também pela possibilidade de efetuar movimentos de deslocamento e tensão para com o próprio arcabouços da ciência e antropologia política. Como principais unidades de estudo, são apresentadas algumas reflexões sobre os processos de articulação, resistência e deliberação política tal como vivenciadas e projetadas nas reuniões, deliberações e práticas dos membros da Associação dos Usuários do Sistema de Saúde Mental (ASSUSAM-MG)⁵, instituição que agrega politicamente diversos atores da luta antimanicomial de Minas Gerais.

A partir de uma perspectiva antropológica, o artigo não almeja realizar uma descrição totalizante ou holística das vivências e singularidades dos sujeitos de pesquisa; ou generalizar suas experiências como um modelo de luta e resistência política; menos ainda criticar seu agenciamento coletivo à luz de teorias das ciências políticas. Pelo contrário: a partir de sugestão epistemológica/metodológica do antropólogo Viveiros de Castro (2015), procura-se, a partir das experiências testemunhadas de autodeterminação ontológica e política dos membros da ASSUSAM-MG, contribuir para uma “descolonização permanente do pensamento da ciência e antropologia (da) política”⁶, principalmente com o objetivo de pensar em inovações e desafios no que tange a participação política e democrática:

Em suma, apresenta-se aqui uma etnografia (da) política produzida pelos membros da ASSUSAM-MG. Etnografia, pois o trabalho de campo realizado é o fio-condutor/controle da “inscrição” textual das vivências, enunciados e práticas testemunhadas/experenciadas num “contexto de situação” inalienável a produção de enunciações, expressões e sentidos

essas são “decorrência e implicação necessária do Estado, assim como a exceção é um componente necessário da regra.” (2007, p.4).

⁵ Instituição fundada no ano de 1994, em uma articulação conjunta entre profissionais e usuários do sistema de saúde mental do SUS. Tem como meta, segundo suas diretrizes, a defesa dos direitos dos usuários do sistema de saúde mental, divulgação dos princípios e propostas do Movimento de Luta Antimanicomial e a formação de convênios e ligações com outras instituições que possam melhorar a vida de seus membros no cotidiano.

⁶ “A descolonização do pensamento antropológico significa uma dupla descolonização: assumir o estatuto integral do pensamento alheio enquanto pensamento e descolonizar o próprio pensamento. Deixar de ser o colonialista de si mesmo, subordinado às ideias mestras, às ideias-chave de sujeito, autoridade, origem, verdade. A descolonização envolve esse duplo movimento, o reconhecimento da descolonização histórica, sociopolítica do mundo, e os efeitos que isso tem sobre a descolonização do pensamento. Nenhum dos dois processos jamais estará completo e terminado, nem a descolonização do mundo, nem a do pensamento.” (VIVEIROS DE CASTRO apud BARCELOS & LAMBERT, 2012, p.266).

(GEERTZ, 1989; OGDEN et.al, 1972). Etnografia política, no que tange a reflexividade e posicionamento do etnógrafo em seu relato, onde as teorias e conceitos acionados atuam como “ferramentas” de reflexão, não como modelos interpretativos que almejem “traduzir” a realidade (CLIFFORD, 1998). Etnografia da política, pois, reitero, não se almeja criticar as práticas dos sujeitos de pesquisa, mas proliferar multiplicidades de significação e entendimento de ações políticas a partir do que é significativo para os protagonistas em suas relações de aliança e poder (KUSCHNIR, 2007; ALMEIDA, 2003).

Sobre os sujeitos de pesquisa e a ASSUSAM-MG, meu primeiro contato com um de seus membros se deu nas dependências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em meados de 2015, quando do evento “Semana de Saúde Mental”. Nesta ocasião, diversos docentes, alunos e profissionais, além de apresentarem seminários e palestras que abordam a relevância do cuidado da saúde mental para indivíduos e corpo acadêmico, também são convidados usuários dos serviços de atendimento à saúde mental do SUS para apresentarem saberes, depoimentos e histórias de vida. Ao participar do evento, fui surpreendido com uma apresentação de um grupo teatral formado por alguns destes usuários, o Nau dos Loucos. Como arte e saúde mental são temas a mim afetiva e politicamente relevantes, me apresentei a um dos integrantes do grupo⁷, Sandra, buscando compreender melhor as condições de formação e execução de tal trabalho. Sandra me explicou que o grupo Nau dos Loucos era formado pelos membros da ASSUSAM-MG, que se reuniam semanalmente nas dependências do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG) não apenas para produzir arte, mas para refletir e reivindicar melhorias nas condições dos serviços de saúde mental do SUS. Interessado, perguntei sobre a possibilidade de acompanhar os ensaios e reuniões do grupo, explicitando assim meu interesse em pesquisar a política produzida pelos membros da ASSUSAM-MG. Sandra respondera positivamente a minha solicitação, me conferindo seu contato, informações sobre os encontros e colocando-se à disposição para me apresentar aos demais.

A partir da abertura concedida por Sandra, participei de doze reuniões na ASSUSAM-MG, sendo três ainda em 2015 e nove durante o ano de 2016. Um primeiro exercício de reflexão, fruto de meus encontros com este coletivo, é apresentado neste artigo. O objeto de análise selecionado é o próprio processo de deliberação da ASSUSAM-MG, o qual apresenta importantes tensões com modelos e princípios de participação democrática que, muitas das

⁷ De forma a preservar suas identidades, foi-se utilizado nomes fictícios para designar os sujeitos de pesquisa.

vezes, desconsideram agências e intensidades que os próprios corpos, em sofrimento ou não, produzem em suas interações políticas.

ESFERAS PÚBLICAS E/OU REDES DINÂMICAS: A POLÍTICA PRODUZIDA PELOS PROTAGONISTAS DA ASSUSAM-MG

De acordo com informações concedidas tanto por Sandra e outros membros, a ASSUSAM-MG fora fundada no ano de 1994, numa articulação conjunta entre profissionais do sistema de saúde mental do SUS e alguns de seus usuários. O objetivo da instituição, de acordo com suas diretrizes⁸, é promover atividades sociais e integração entre seus membros, defender, divulgar tanto os direitos do usuário do sistema de saúde mental, os princípios e propostas do movimento de luta antimanicomial. Também, formar convênios e ligações com outras instituições que possam potencializar as ações do coletivo e de seus membros em sua vida cotidiana.

Nesse sentido, idealmente, a ASSUSAM-MG funcionaria como uma instância mediadora entre usuários do sistema de saúde mental, sociedade civil e Estado. Tal afirmativa permitiria que, talvez, fosse possível traduzir a ASSUSAM-MG como uma “esfera pública” no sentido Habermasiano, sobretudo se considerarmos a ação dos sujeitos voltada para a produção colaborativa de entendimentos e soluções para problemas e questões de ordem moral; estes que requerem cuidadoso exame e a justificação recíproca de pontos de vista e de argumentos.

“Do mesmo modo que o mundo da vida tomado globalmente, a esfera pública se reproduz através do agir comunicativo, implicando apenas o domínio de uma linguagem natural; ela está em sintonia com a compreensibilidade geral da prática comunicativa cotidiana (...) uma rede adequada para comunicação de conteúdos, tomadas de posição, e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos”. (HABERMAS, 1997, p.92).

“Na perspectiva de uma teoria da democracia, a esfera pública tem que reforçar a pressão exercida pelos problemas, ou seja, ela não pode limitar-se a percebê-los, e a identificá-los, devendo, além disso, tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar”. (id., p. 435)

Conforme verificado, sendo as “esferas públicas” conectadas ou constituídas por redes, compreendê-las significa mapear, ao longo do tempo, uma topografia de conexões e desconexões que grupos realizam na busca pela construção e exposição de sua condição sensível. Entretanto, segundo Habermas, estas esferas políticas e suas conexões são relevantes aos processos de luta social desde que operem como uma ferramenta “convincente” e “eficaz”,

⁸ Disponível em Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais. <
<http://www.crpmg.org.br/CRP2/File/Asussam%20-%20diretrizes.JPG>>. Acessado em 10/03/2017.

sendo deixado em segundo plano outras articulações inalienáveis para a existência de coletivos políticos. Nesse sentido, quais seriam as limitações destas proposições à luz daquilo que é vivido por um movimento social? Que tipo de conexão pode ser considerada como “eficaz” para um movimento político ou processo deliberativo? Que vetores, agências e modos de expressão, nas mais diferentes escalas, corroboram ou tencionam para que este “agir comunicativo”, produzido por protagonistas de um movimento social, torne-se fonte e potência de contestação política?

Logo na primeira reunião que presenciei na ASSUSAM-MG, verifiquei uma primeira e importante aliança produzida por este grupo com o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG). Localizado na região central de Belo Horizonte, o CRP-MG cede seu auditório para os encontros quinzenais da ASSUSAM-MG, que ocorrem nas segundas-feiras, às 19 horas, com duração de aproximadamente uma hora e meia. Além de todo o aparato mobiliário, o CRP-MG também fornece lanches aos presentes, computador com impressora e disponibiliza seus funcionários para agendamento de reuniões e reserva do auditório. Em dada oportunidade, questionei ao membro Romarinho de que maneira fora realizada essa parceria com o CRP-MG, quando me foi revelado sua origem graças a articulação de alguns psicólogos militantes da luta antimanicomial e trabalhadores dos antigos hospitais psiquiátricos indignados com a situação dos sujeitos em sofrimento mental. Sobre a importância desta aliança com o CRP-MG, Romarinho afirma:

“Seria muito difícil arrumar um lugar no centro da cidade para reunir o pessoal. Como iríamos alugar um auditório desses? Mas também já ficamos algumas vezes na mão desse pessoal quando queremos encontrar em outros dias, fazer teatro ou ficar até mais tarde. ”

Ainda sobre as condições de acontecimento da ASSUSAM-MG, a própria capacidade de se deslocar na cidade e chegar ao CRP-MG são uma questão que se revela problemática para os seus membros. Em diversos encontros, pude me deparar com várias situações em que membros questionam a Sandra, tesoureira da ASSUSAM-MG, sobre o fornecimento de vales transporte, tendo em vista que, para muitos, não seria possível participar das reuniões sem este recurso. Perguntei a Sandra sobre a origem dos vales transporte disponibilizada pela associação, sendo informado que este era fornecido pela Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais. Segundo ela, “A gente protesta muito contra a Secretaria de Saúde, porque tem muita gente que não quer ajudar. Mas tem muita gente boa lá também, que inclusive contribuiu para a gente ganhar os vales-transportes. ”

A perspectiva que Sandra nos coloca acima produz uma reflexão interessante sobre a produção de alianças com o Estado. Mesmo que este possa ser fonte de intensas relações de poder ou “biopoder”, principalmente com relação a manutenção de políticas manicomiais e asilares, a relação com esta instituição nem sempre parece operar por oposição ou conflito. Isso se justificaria pois, de acordo com Veena Das (2007), as normas constituição que fundamentam o Estado assim como normas e regulamentos que legitimam suas políticas de controle e manutenção da ordem, como qualquer signo escrito, sempre escapariam de seu contexto original de produção; ou seja, estão sempre abertos a múltiplas interpretações que não necessariamente remetem a intenção de significação original, sendo passíveis de fraude, imitação e encenação mimética. Nesse sentido, o Estado não poderia ser considerado como entidade homogênea e estável, mas como um conjunto de práticas e ditames que são atualizados na prática por agentes que o interpretam e performam, principalmente em suas “margens”. Assim sendo, como Sandra afirma, a produção de alianças com representantes do Estado não é somente possível, mas possui grande capacidade de potencializar uma luta política.

Continuando a análise, outros grupos são comumente acionados pelos membros da ASSUSAM-MG como locais de aliança e de interação diária. Os Centros de Referência e Assistência à Saúde Mental (CERSAMs) e Centros de Convivência⁹, núcleos da prefeitura de Belo Horizonte destacam-se pela sua ambivalência. Por um lado, são locais onde são fornecidos atendimento psicológico, psiquiátrico, remédios, alimentação, culturais de formação e lazer. Por outro, são também fonte de descontentamento para alguns membros do grupo, principalmente devido à falta de verbas e investimentos em sua infraestrutura. Em outras palavras, processos de produção de alianças não são apenas elementos potencializadores para lutas sociais; são também possíveis relações conflitivas, com uma constante possibilidade de ruptura ou cismogênese, como afirmaria Gregory Bateson (2008).

Ainda, coletivos como o Suricato, Associação de Trabalho e Produção Solidária e os grupos teatrais Nau dos Loucos e Sapos e Afogados são extremamente relevantes para alguns usuários do sistema de saúde mental, tendo em vista a possibilidade de serem acionados como locais de trabalho, interação, lazer e reconhecimento material, simbólico e afetivo. Tal situação é identificada, respectivamente, por Jorge Abreu e Romarinho:

⁹ Disponível em Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

<<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&chPlc=25070>>. Acessado em 10/04/2017

“O Suricato é um lugar muito importante para mim. Fiz curso de mecânica, mas depois que fui internado, não consegui mais trabalho. Estou ótimo para trabalhar, mas as pessoas não contratam quem toma medicação como eu. Só minha aposentadoria não basta. Ficar só em casa, também, ninguém aguenta. ”

“O teatro, a arte é minha vida! Eu que já fiquei preso numa cama de hospital, sem poder fazer nada, não posso mais viver sem arte. Lá eu conheci minha companheira, fiz vários amigos. Além disso, muitas vezes que apresentamos ganhamos cachê, o que eu acho muito importante porque o teatro é um trabalho. ”

Na fala supracitada de Jorge Abreu e Romarinho, evidencia-se claramente como que a produção de aliança não é somente uma questão utilitária, mas movida por afetos e emoções, que funcionam como motores propulsores para a ação coletiva e criação de articulações (JASPERS, 2016). Tal afirmativa evidencia-se também noutro episódio, quando Sandra fora convidada a um evento internacional sobre luta-antimanicomial graças ao convite de uma professora do departamento de psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. De acordo com Sandra, “Nunca imaginaria conhecer outro país! Já sofri muito e ainda sofro aqui. Foi muito interessante ver como o pessoal lá é engajado, como eles escutam e tratam bem a gente. Tive várias ideias para trazer pra ASSUSAM. ”

CORPORIEDADES, AFECÇÕES E AGENCIAMENTOS: DIMENSÕES INALIENÁVEIS DO (RE)EXISTIR

Outros episódios e acontecimentos vivenciados na ASSUSAM-MG ainda provocam tensão com as perspectivas de racionalidade comunicativa eficaz e eficiente, como verificamos em Habermas. Também, para com definições que dão prioridade a capacidade de ação racional inerente a agentes políticos, por exemplo, quando Sidney Tarrow (2009) define movimentos sociais como desafios coletivos voltados para o confronto contra elites e/ou Estado e cuja ação pode ser entendida, para além das motivações de um dado grupo, pelas oportunidades e incentivos que um contexto apresenta. Endosso novamente que tais dimensões de ação racional utilitária não são opostas ou contraditórias ao que verifiquei nas práticas da ASSUSAM-MG. Entretanto, o que se pretende apontar aqui é a importância de outras dimensões infinitesimais e muitas vezes desconsideradas que são inalienáveis numa luta política¹⁰.

¹⁰ O que se contesta aqui é a ênfase de Habermas na eficácia do processo deliberativo, pois o autor não desconsidera completamente a necessidade do aspecto afetivo e emocional das narrativas e histórias de vida compartilhadas em tais processos; “Não iremos perseguir certos conflitos de ação como moralmente relevantes se não percebermos que a integridade de uma pessoa está sendo ameaçada ou violada. Os sentimentos formam a base de nossa própria percepção de que algo é moral. Aquele que é cego para o fenômeno moral não possui o sensor para o sofrimento de uma criatura vulnerável que tem o direito de proteção para sua integridade física e sua identidade. E esse sensor está claramente relacionado com a simpatia e a empatia.” (HABERMAS, 1990, p.112)

De volta ao relato etnográfico, observei que na maioria dos encontros da ASSUSAM-MG é recorrente a formação de grupos de sociabilidade “às margens” da deliberação enquanto se espera pelo seu início. Nestas ocasiões, muitos compartilham narrativas e episódios da vida cotidiana; outros ficam em seus lugares e aguardam o início dos encontros. Estes são momentos privilegiados onde as pessoas se tocam, se cumprimentam, se abraçam e se afetam. O outro, distante ou incógnito, pode tornar-se reconhecido. Inclusive, no meu caso, como na maior parte das vezes chego ao local com antecedência, aproveito este espaço para me apresentar aos membros que não conheço ou acabo sendo por eles mesmos interpelado, sendo recorrentes as perguntas sobre minha profissão ou o que faço nos encontros da ASSUSAM-MG. Nestes momentos também conheço um pouco mais de suas histórias de vida, questões familiares, seus relacionamentos e dificuldades.

Um episódio interessante demonstra a importância destas conversas cotidianas “às margens” da própria deliberação. Sentada em silêncio e isolada numa dada ocasião, Nancy estava aparentando tristeza. Identificando esta situação, Maria da Anunciação se prontifica para conversar e compreender o que lhe acontecia. De acordo com Nancy, esta afirma que já estava sem remédio há alguns dias, queixando-se de náuseas e indisposição. Além de afirmar sobre a possibilidade de conseguir a medicação no posto de saúde próximo de sua casa, Maria da Anunciação ainda convidara Nancy a participar de um grupo de orações em sua casa. Como consequência desta interação, notei uma mudança gradual na postura e corpo de Nancy: o rosto pálido e abatido tornara-se corado, esboçando inclusive um sorriso; ela, que havia se acomodado num espaço distanciado dos demais, procurou sentar-se junto à roda que se formava, estabelecendo novas interações com outros participantes. Mas o que esta conversa informal, cotidiana e as margens da deliberação promove?

“A conversação cotidiana as vezes providencia espaços, como os braços de um melhor amigo, nos quais as palavras rudes mais corrosivas podem ser pronunciadas, entendidas, assimiladas e retrabalhadas para um consumo mais público. Os corredores dos fóruns públicos exercem a mesma função. Qualquer um que tenha deliberado frequentemente em um fórum público – mesmo que esse fórum não retine mais que 25 pessoas ou seja composto pelos membros de um departamento acadêmico – sabe que a boa deliberação têm de incluir o que vem antes e depois, como a conversa dos indivíduos sobre suas posições com pessoas que pensam de maneira semelhante e com opositores, como a raiva retrabalhada contra o inimigo a fim de providenciar o ímpeto da fala e como as fúrias são aplacadas, como desentendimentos são explicados, como compromissos são quebrados ou posições são bem marcadas, como pontos confusos enviados e preocupações pequenas com o consenso são reveladas como internamente contraditórias”. (MANSBRIDGE, 2009, p.224)

Eventos deliberativos não devem ser reduzidos e enquadrados, portanto, pelas pautas de deliberação e as estratégias coletivas de resistência que promovem. Como verificado, tais

interações envolvem toda uma multiplicidade de estados afetivos inalienáveis dos processos políticos por se nos inscreverem próprios corpos que se relacionam. Entretanto, processos conflitivos e de tensão também podem ser disparados e intensificados pelos próprios afetos corpóreos que muitas vezes não podem ser contidos e racionalizados a partir de normas e procedimentos, como apresentado a seguir.

Os processos deliberativos na ASSUSAM-MG, assim como se pode esperar de toda instituição orientada por princípios democráticos, impõem certas regras e ritos para garantir a eficiência, pluralidade de participação e ordenamento dos encontros. Estas reuniões se iniciam frequentemente com a leitura da ata do encontro anterior e posteriormente com comunicações e repasses das questões que se encontram em aberto. Num segundo momento, recebe-se inscrições daqueles que gostariam de falar e expor suas situações, de forma a se estabelecer uma sequência de falas. Tal estrutura demonstra que os próprios membros de um grupo desejam se organizar a partir de critérios e requisitos de participação segundo uma racionalidade comunicativa que remete aos procedimentos que são usualmente adotados em espaços institucionalizados de deliberação e as proposições Habermasianas.

Porém, equilíbrio e normatividade são apenas estados dinâmicos e de frágil manutenção em quaisquer interações sociais. No início de uma das reuniões, notei que os presentes estavam em conjunto discutindo sobre a situação de um usuário do sistema de saúde e membro da ASSUSAM-MG, Cândido. Na ocasião, Eliane, Sandra e Lúcia comentavam que Cândido estava muito deprimido. Por esta razão, haviam comprado um bolo para comemorar seu aniversário, o qual havia ocorrido dias atrás, caso ele comparecesse nesta reunião. Iniciada a reunião sem a chegada de Cândido, Eliane afirma que não poderá aguardar sua chegada, anunciando seus repasses e deixando o recinto. Neste ínterim, Romarinho alerta que Cândido encontra-se muito sozinho e que o ouvira falando em suicídio.

Já nos meados da deliberação, Cândido chega. Os presentes o cumprimentam, notando sua palidez e rosto abatido. Senta-se ao lado de Romarinho, o qual falava sobre uma apresentação que realizara junto a um grupo teatral, com muita alegria e entusiasmo. Quando menos se espera, no meio de uma sentença de Romarinho, Cândido levanta-se bruscamente de sua cadeira e começa a caminhar de um lado para o outro, impaciente. Não conseguindo conter seus afetos, expressa sua dor e angústia em meio a lágrimas:

“Estou a ver navios! Não sei o que está acontecendo comigo. Faço tratamento há mais de 18 anos! Tenho esquizofrenia, amnésia, transtorno bipolar. Estou muito sozinho! Moro na rua, não tenho família. Estou cada vez mais descrente da vida, não aguento mais.”

Tal narrativa enunciada a partir de um corpo magro, pálido, trêmulo, em prantos e com tom de voz muito baixo causou diversos tipos de afetos nos participantes. Da minha parte, fiquei estático, sem saber como agir. Lúcia e Sandra logo se levantaram, buscando acalmar Cândido. Enquanto isso, Romarinho ficara exaltado por ter seu relato interrompido, pedindo para Cândido se acalmar e aguardar sua vez de falar. Outros membros apoiam tal pedido. Contrariado, Cândido retorna a seu lugar, se inscreve e aguarda sua vez, ainda muito agitado e pálido.

Romarinho toma a palavra novamente, mas agora busca aconselhar Cândido sobre o que fazer. Sugere procurar atividades coletivas para aplacar a solidão, utilizando o espaço dos CERSANs e Centros de Convivência. Também sugere que este procure Deus e uma religião. Nesse momento, diversos outros presentes começam a debater sobre a situação de Cândido, o qual virou pauta do debate. Em meio a esta situação, Cândido joga seu relógio no chão e fala:

“Olhe, eu agradeço a vocês mas vou pedir para me internarem hoje. Não consigo mais viver desse jeito, estou muito sozinho porque as pessoas não dão ouvidos para um doente igual a mim. Já não como há algum tempo, e no CERSAN que frequento a comida é muito ruim. Lá não têm companheiros, o pessoal não me trata bem. Penso que vou morrer!”

Após todos ouvirem atentamente a narrativa de Cândido, novos enunciados e tomadas de decisão ocorreram. Lúcia se ofereceu para procurar o CERSAN o qual Cândido frequenta para verificar os problemas na alimentação do lugar. Também, colocou-se à inteira disposição para conversar após a reunião. Cândido se levanta e abraça Lúcia, acalmando-se e lhe agradecendo. Maria da Consolação também se levanta para abraçá-lo, afirmando publicamente sobre sua força, sua capacidade e criatividade artística como poeta. Também endossa que “Deus não lhe daria esta cruz caso você não fosse capaz de carregar. O que você está passando é solidão e nós vamos te ajudar”. Cândido reflete e concorda, afirmando que “Deus me proporcionou muitas bênçãos mesmo, inclusive minha arte, que é meu orgulho”.

A reunião retoma seu caminho após este episódio, mesmo com um clima ainda tenso. Situação que se modifica, no encerramento, quando se celebrou o aniversário de Cândido e partiu-se o bolo. Ele estava com a aparência melhor e rosto menos pálido. Romarinho apertou-lhe as mãos, pedindo desculpas, porque afinal “estamos no mesmo barco”. Acanhado, aproveitei este momento para lhe dar um abraço e lhe desejar força. Também pedi que ele me levasse uma de suas poesias na próxima reunião, para que eu pudesse conhecer quem sabe contribuir para a continuação de sua produção de arte.

O que este episódio e Cândido nos comunicam é um exemplo da situação delicada do sofrimento mental, sua manifestação corpórea e a importância da interação intersubjetiva para superação de um episódio doloroso. Não obstante, como podemos refletir antropológica e politicamente sobre tal questão?

Primeiramente, verifica-se como o corpo e seus afetos não são simplesmente, como afirma Le Breton (2009), “primos pobres” da linguagem e da racionalidade. As experiências de sofrimento que se manifestam e se inscrevem nesta dimensão da existência muitas das vezes não podem ser contidas ou represadas a favor de procedimentos e normas. O corpo, em muitas situações, apresenta uma agência própria. Ademais, como afirma Csordas (2008), estes “acontecimentos do corpo” muitas vezes operam em nível pré-reflexivo, exigindo que categorias cognitivas sejam deslocadas e/ou acionadas para a interpretação e classificação de seus estados. Como verificado, o enquadramento realizado por Divino em relação ao seu próprio corpo (solidão, doença) foi colocado em debate no próprio evento de deliberação, permitindo que coletivamente novas interpretações fossem criadas para superação deste episódio.

Segundo, que a expressão de dor e sofrimento de Cândido não pode ser enquadrada como uma reação egóica, fruto de acontecimentos vivenciados por um indivíduo privado, cuja temática deva ser debatida em espaços privados de interação. A singularidade de sua dor é coletiva e politicamente relevante pois é diretamente relacionada com a condição discriminatória e estigmatizada que uma pessoa em sofrimento mental pode atravessar. Este sofrimento, vivenciado no corpo, contribui para a formação de afetos negativos no sentido de produção de movimentos eliminadores da vida, como o suicídio.

Não obstante, como pude verificar junto aos membros da ASSUSAM-MG, os afetos possuem também uma potência positiva, no sentido de promover alianças e articulações. Em outras palavras, a possibilidade de interagir num espaço político compartilhado, de ser afetado pelo outro, abre novas possibilidades para composição de alianças ou, segundo Deleuze e Guatari (1995), “agenciamentos coletivos” e “linhas de fuga”: condições necessárias para ruptura e contestação de regimes de existência que apequenam as potências da vida:

“Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que aumenta suas conexões. (...) existem somente linhas. (...). Todo rizoma compreende linhas de segmentaridade segundo as quais ele é estratificado, territorializado, organizado, significado, atribuído, etc; mas compreende também linhas de desterritorialização pelas quais ele foge sem parar. Há ruptura no rizoma cada vez que linhas segmentares explodem numa linha de fuga, mas a linha de fuga faz parte do rizoma. (...). Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar

nela organizações que reestratificam o conjunto, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito (...)” (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p.23-26).

Em outras palavras, para os filósofos, aumentamos nossa potência de viver através da atualização da capacidade de produzir “mutações” e “variações” em nossa vida. Não obstante, essa potência de conectar-se e transformar-se é muitas das vezes aprisionada por uma série dispositivos e mecanismos, códigos morais e normas. Do meu ponto de vista, este conceito foi fundamental para compreender, mesmo que parcialmente, os relatos de solidão e exclusão expressos por aqueles que experienciam o estigma e a marginalidade atrelada ao sofrimento mental. Também, ajuda a evidenciar a importância das interações e afecções produzidas no território da ASSUSAM-MG, tendo em vista a possibilidade que este território fornece de produzir novos “agenciamentos” e projetos de vida.

REFLEXÕES FINAIS

O presente artigo procurou apresentar e evidenciar, tendo como referência episódios vivenciados em conjunto com o coletivo ASSUSAM-MG, que processos deliberativos e de resistência política são multiplicidades atravessadas tanto por interações, corporeidades e afetos, complementares e opostos, que possibilitam a produção de novas alianças, agenciamentos e linhas de fuga.

Na primeira parte do artigo, a partir de uma breve reflexão sobre a genealogia da loucura produzida por Foucault, foram apresentadas algumas proposições sobre as condições de emergência de mecanismos e dispositivos de poder que procuram alienar, capturar e tratar corpos classificados como “loucos” a partir do advento da “Modernidade”. Também, de forma sucinta, a emergência, as conquistas e os obstáculos que atravessam a luta antimanicomial brasileira enquanto vetor de oposição ao estigma atrelado ao sofrimento mental. Não obstante, a ausência de relatos concretos sobre o cotidiano destes coletivos nos levou a advogar sobre a importância de pesquisas etnografias que evidenciem as práticas e dimensões infinitesimais de tal luta política.

Na segunda parte do artigo, a partir da seleção de relatos e episódios etnográficos junto aos protagonistas da ASSUSAM-MG, procurou-se evidenciar que os processos de formação de sujeitos políticos, atravessados por contingências, fluxos de poder e assujeitamento, não são um aspecto marginal do pensamento sobre a justiça e a moral coletiva. O fato de que pessoas em situação de vulnerabilidade e carência sejam excluídas de um espaço de visibilidade e de diálogo público torna ainda mais profundo um sentimento de inexistência social, de desprezo e

de autodepreciação. Isso nos permite compreender por que a condição primeira da relação de reconhecimento “é a possibilidade de existir em um universo de discurso e de ação, de ser considerado pelos outros e de contribuir para a prática coletiva” (HONNETH, 2003, p.117).

Ao tornar-se invisível para potenciais parceiros de interação, os sujeitos em condição de sofrimento mental percebem-se como destituídos de direitos e limitados em sua autonomia pessoal. Dito de outro modo, eles relatam o sentimento “de não possuir o estatuto de um parceiro de interação inteiramente capaz, dotado dos mesmos direitos morais que seus semelhantes, de não ser considerado como alguém que pode formular um julgamento moral” (HONNETH, 2007, p.164). Tais considerações nos remetem ao modo como, nas práticas e na materialidade da ação coletiva, os processos de formação de redes políticas estão atravessados por constrangimentos múltiplos, que cerceiam a transformação dos indivíduos em sujeitos políticos. Tais narrativas e testemunhos estão ligados aos corpos, às suas singularidades expressivas e existenciais, seus afetos e sentimentos.

Sob esse viés, pensando em contribuir para com a “descolonização do pensamento acadêmico”, verificamos a potência e importância das interações micro relacionais na ASSUSAM-MG. Estas nos permitiram questionar definições vigentes de esfera pública, processos deliberativos, movimentos sociais e de redes políticas. O problema de tais definições é a desconsideração ou irrelevância que atribuem aos acontecimentos afetivos e corporais inerentes a condição do existir e resistir. Sobretudo, nas conversações cotidianas “às margens” dos eventos políticos de larga escala, é identificada uma produção reflexiva de narrativas de si, agenciamentos coletivos e linhas de fuga. Tais acontecimentos parecem permitir a elaboração de novas relações e projetos de vida que potencializam não apenas aqueles que experienciam o estigma do sofrimento mental enquanto indivíduos, mas anunciam novos mundos possíveis para sua existência enquanto membros de uma coletividade societária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Mauro W. B. de. “Relativismo Antropológico e Objetividade Etnográfica”. *Campos*, 3: 9-30, 1998.
- AMARANTE, Paulo. *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica na Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1995.
- AMARANTE, Paulo. *O homem e a serpente: outras histórias para loucura e psiquiatria*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. 4.ed, São Paulo, Geração, 2013.

AROUCA, Sérgio. "A reforma sanitária brasileira". **Tema/Radis**, 11: 2-4, 1988.

BARBOSA, Guilherme Correa; DA COSTA, Tatiana Garcia; MORENO, Vânia., "Movimento da luta antimanicomial: trajetória, avanços e desafios". **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, 4,8:45-50, 2012.

BARCELLOS, Larissa; LAMBERT, Cleber. "Entrevista com Eduardo Viveiros de Castro". **Primeiros Estudos**, 2:251-267, 2012.

BATESON, Gregory. "Contraste Etológico, Competição e Cismogênese", in **Naven:um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas**. 2ed., São Paulo, EDUSP, 2008.

CLIFFORD, James. "Sobre a autoridade Etnográfica", in **A Experiência Etnográfica - Antropologia e Literatura no século XX**, Rio de Janeiro, Editora UFRJ

DAS, Veena. "The Signature of State", in **Life and Words: Violence and the descent into the ordinary**. Berkeley, University of California Press, 2009.

DE MESQUITA, José Ferreira; NOVELLINO, Maria Salet Ferreira; CAVALCANTI, Maria Tavares. "A Reforma Psiquiátrica no Brasil: Um novo olhar sobre o paradigma da Saúde Mental". **Abepo**, 1:9, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

_____. "O sujeito e o poder", in DREYFUS, Hubert L & RABINOW, Paul (orgs), **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro, Nau, 2001.

_____. **História da loucura**. São Paulo, Perspectiva, 2005.

GEERTZ, Clifford. "Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura", in **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

GOULART, Maria Stella Brandão; DURÃES, Flávio. "A reforma e os hospitais psiquiátricos: histórias da desinstitucionalização". **Revista Psicologia & Sociedade**, 22,1:112-120, 2010.

HADDOCK-LOBO, Rafael. "História da loucura de Michel Foucault como uma 'história do outro'". **Veritas**, 53,2:51-72, 2008.

HABERMAS, Jürgen. "Soberania popular como procedimento: um conceito normativo de espaço público." **Novos Estudos CEBRAP**, 26:100-113, 1990.

_____. "O papel da sociedade civil e da esfera pública política", in **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Volume II, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997.

HONNETH, Axel. "Identidade pessoal e desrespeito: violação, privação de direitos, degradação", in: **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo, Editora 34, 2003.

JASPER, James M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais**. Rio de Janeiro, Zahar, 2016.

KUSCHNIR, Karina. "Antropologia e Política". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 22,64:63-67, 2007.

LE BRETON, David. "Corpo e comunicação", *in* _____, **As Paixões Ordinárias: antropologia das emoções**. Rio de Janeiro, Vozes, 2009.

MANSBRIDGE, Jane. "A conversação cotidiana no sistema deliberativo", *in* **A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais**. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

OGDEN, C. K., RICHARDS, I. A., MALINOWSKI, B., CROOKSHANK, F. G., & CABRAL, Á. R. **O significado de significado: um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

STUART, Heather. "Fighting stigma and discrimination is fighting for mental health". **Canadian public policy**, 31: 21-28, 2005.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. Rio de Janeiro, Vozes, 2009.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo, Cosac Naify, 2015.

VENANCIO, Ana Teresa A. "La asistencia psiquiátrica en la historia política brasileña". **Asclepio**, 64.1: 167-188, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The World Health Report 2001: Mental health: new understanding, new hope**. World Health Organization, 2001.

LINE OF SCAPE, ASSEMBLAGES AND CORPOREITIES: REFLECTIONS ON INFINITESIMAL DIMENSIONS OF THE ANTIMANICOMIAL STRUGGLE OF BELO HORIZONTE

ABSTRACT: The present work intends to present an ethnography of the policy produced by the Associação dos Usuários de Saúde Mental de Minas Gerais (ASSUSAM-MG) (Association of Mental Health Users of Minas Gerais, in literal traduction,), an institution that is part of the anti-asylum movement network in Belo Horizonte. From a field work carried out with this group since 2015, it was verified that the absence of material, symbolic and affective recognition is a recurring experience in the life of these subjects, justifying and catalyzing their collective action. This situation is perpetuated, many times, as a consequence of a stigma of madness that structures preconceptions, asymmetries and social oppressions experienced by subjects suffering from mental in their daily interactions. Nonetheless, empirical work has shown that this negated recognition, identified both in the discursive and performative plane of the bodies of ASSUSAM-MG, is also a productive principle of escape lines and strategies of resistance to social impossibilities and obstructions. Such events and potentialities are also triggered intellectually as a form of displacement, tension production and decolonization of academic thinking by questioning models and categories of political science that disregard the importance of affective and bodily agencies in political processes of resistance to the margins of the state. In this way, we suggest that a social movement is a process that produces and is produced by a multidimensional collective agency, which articulates bodies, affections, ethics, communication and aesthetics, inherent in the process of resisting and existing.

KEYWORDS: Micropolitics. Political Resistance. Corporeity. Anti-asylum struggle.

RECEBIDO EM: 12.05.2017

ACEITO EM: 04.07.2017